

## **CLIPPING IMPRESSO**

**10/08/2021**

# ÍNDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 4
1.2. DECISÕES.....	5 - 6
1.3. VARA CRIMINAL.....	7
1.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	8 - 9
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	10
2.2. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR .....	11 - 13
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DECISÕES.....	14 - 15
3.2. VARA CÍVEL.....	16
3.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	17 - 18

**Pela primeira vez no  
Maranhão, todos os municípios  
fazem adesão ao Selo Unicef**

**PÁGINA 7**

## **DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

# **Pela primeira vez no Maranhão, todos os municípios fazem adesão ao Selo Unicef**

Prefeitos e prefeitas de todo o Maranhão concluíram o processo de adesão ao Selo Unicef (2021-2024) neste último domingo (8). A estratégia do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) incentiva a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de uma metodologia intersetorial nos municípios.

No Maranhão, a implementação do Selo UNICEF é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, além do parceiro implementador, o Instituto Formação -



Ao aderir ao Selo Unicef, municípios assumem o compromisso de desenvolver ações estratégicas voltadas às crianças (Foto: Divulgação)

Centro de Apoio à Educação Básica (FCAEB), e do apoio institucional da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef no Maranhão, o alcance de 100% de adesão no estado é a primeira conquista maranhense nesta nova edição do Selo Unicef, resultado de um esforço conjunto.

“Ter 216 municípios maranhenses fazendo parte do Selo Unicef é algo inédito. A parceria com o Governo do Estado do Maranhão assegurou que a gente tivesse uma equipe fantástica de pessoas de todas as secretarias de estado, que trabalham nas regionais, juntando-se a nós na mobilização, com dedicação, com suas habilidades e competências”, afirma Ofélia Silva. “O resultado vem de um esforço coletivo institucional e esta conquista merece ser celebrada por todos do Maranhão”, completou.

Com a adesão à iniciativa, os municípios passam a ser acompanhados pelas

equipes do Unicef e do parceiro implementador, o Instituto Formação, para a realização de ações que visam melhorar a vida de crianças e adolescentes no estado. Ao longo de quatro anos, as gestões municipais terão acesso a formações, conteúdos programáticos, acompanhamento de seus indicadores sociais e de planos de ação municipais. Desse modo, a metodologia estratégica visa o fortalecimento de políticas públicas que gerem resultados sistêmicos, além do monitoramento e a avaliação dos resultados.

“As atividades já começam nas próximas semanas. Até o final deste ano, vamos realizar as primeiras capacitações, atividades de monitoramento, trabalhos com a Busca Ativa Escolar e preparação para o engajamento de adolescentes, jovens e lideranças dos municípios no planejamento municipal”, relata Ofélia Silva. “Estaremos juntos com os municípios trabalhando na colaboração com toda a rede municipal de educação, de assistência social, de saúde, coletivo de adolescentes e jovens e todas as lideranças sociais”,

concluiu.

Para as capitais, o Unicef possui um programa específico, que é a Plataforma dos Centros Urbanos. Sendo assim, São Luís participará da Plataforma dos Centros Urbanos (que abrirá as inscrições em breve) e os demais 216 municípios do Maranhão do Selo Unicef.

### **Parceria**

Em 2017, o governador Flávio Dino criou o Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para certificação do Selo Unicef (Ceatam), por meio do Decreto nº33.113, com a finalidade de apoiar e incentivar os municípios a participarem do Selo. Integram este comitê as Secretarias de Estado: de Governo (Segov), da Saúde (SES), do Desenvolvimento Social (Sedes), da Educação (Seduc), das Políticas Públicas (Seepp), dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e de Relações Institucionais (SRI).

Para Marcos Pacheco, secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo Unicef, a união de todos para que os municípios maranhenses façam parte deste programa é em prol de um único objetivo: a melhora na qua-



lidade de vida das crianças maranhenses. “Progressivamente o Maranhão tem melhorado a condição social de suas crianças. Não é da noite para o dia, mas é no dia a dia da educação, da saúde e da assistência que vamos avançando e cuidando da cidadania do amanhã”, explicou Pacheco.

Já Erlanio Xavier, presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), destaca que o Selo Unicef é uma iniciativa muito importante que estimula e reconhece os avanços dos municípios nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes.

“Por isso, parabenizamos todos os gestores que fizeram adesão à certificação atendendo também a nossa mobilização e incentivo, fazendo o Maranhão alcançar cem por cento de municípios inscritos”, comemorou.

#### **Sobre o Selo Unicef**

Maior projeto do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no Brasil, ao aderir ao novo Selo Unicef, os municípios assumem o compromisso de desenvolver um conjunto de Ações Estratégicas de Políticas Públicas e de Participação Social. Elas têm o objetivo de promover os direitos das crianças e dos adolescentes.

No Maranhão, os municípios contam com o Instituto Formação, parceiro técnico no acompanhamento e monitoramento das atividades. A iniciativa acompanha os quatro anos de gestão municipal, com uma metodologia que inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem o município a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança, que no Brasil é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), norteados também pela Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

**PGE/MA evita  
pagamento de mais  
de R\$200 mi em  
processo contra  
o Estado**

**PÁGINA 3**

**PGE/MA evita  
pagamento de mais  
de R\$200 mi em  
processo contra  
o Estado**

**PÁGINA 3**



## **SUSPENSÃO**

### **PGE/MA evita pagamento de mais de R\$200 mi em processo contra o Estado**

Atendendo ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa, da 2ª câmara cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do juiz de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que determinava o pagamento de um processo no valor aproximado de R\$ 204 milhões contra o Estado do Maranhão. A dívida já foi extinta há mais de 11 anos com o pagamento por meio de acordo entre as partes envolvidas.

Segundo o procurador-geral adjunto da PGE Maranhão, Lucas Souza, o processo judicial original tratava de uma desapropriação indireta ocorrida na área onde hoje se encontra

o bairro São Cristóvão. “É uma demanda muito antiga que começou a fase de execução, após o trânsito em julgado, ainda em 1996 e que se resolveu plenamente em 2010. O processo foi “ressuscitado” em 2021 por essa decisão judicial recente. É uma demanda que já foi resolvida, mas que poderia trazer um prejuízo enorme ao Estado caso o mesmo fosse condenado. Foi uma vitória maiúscula barrar essa cobrança indevida”, ressaltou o procurador.

Em seu relatório sobre o processo, a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa destacou que não haviam razões para determinar o prosseguimento do processo já que há a comprovação do pagamento das parcelas acordadas entre as partes envolvidas.

## **SUSPENSÃO**

### **PGE/MA evita pagamento de mais de R\$200 mi em processo contra o Estado**

Atendendo ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa, da 2ª câmara cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do juiz de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que determinava o pagamento de um processo no valor aproximado de R\$ 204 milhões contra o Estado do Maranhão. A dívida já foi extinta há mais de 11 anos com o pagamento por meio de acordo entre as partes envolvidas.

Segundo o procurador-geral adjunto da PGE Maranhão, Lucas Souza, o processo judicial original tratava de uma desapropriação indireta ocorrida na área onde hoje se encontra

o bairro São Cristóvão. “É uma demanda muito antiga que começou a fase de execução, após o trânsito em julgado, ainda em 1996 e que se resolveu plenamente em 2010. O processo foi “ressuscitado” em 2021 por essa decisão judicial recente. É uma demanda que já foi resolvida, mas que poderia trazer um prejuízo enorme ao Estado caso o mesmo fosse condenado. Foi uma vitória maiúscula barrar essa cobrança indevida”, ressaltou o procurador.

Em seu relatório sobre o processo, a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa destacou que não haviam razões para determinar o prosseguimento do processo já que há a comprovação do pagamento das parcelas acordadas entre as partes envolvidas.

# Acusado de homicídio é condenado a 19 anos de prisão em Paço do Lumiar



O juiz Carlos Roberto de Paula, titular da 2ª Vara de Paço do Lumiar, termo judiciário da Comarca da Ilha, presidiu no último dia 5 uma sessão do Tribunal do Júri na unidade judicial. No banco dos réus, Ricardo Nunes Moraes, que estava sendo julgado pelo crime de homicídio que teve como vítima Matheus Lima Soares. Ao final, ele foi considerado culpado pelo Conselho de Sentença, recebendo a pena definitiva de 19 anos e nove meses de prisão.

Formado o Conselho de Sentença, foi realizada a instrução, tendo as partes sustentado oralmente as suas alegações na forma de debates. O promotor de Justiça Franck Teles de Araújo requereu a condenação do acusado, pela prática do crime de homicídio qualifi-

cado, com a incidência da agravante do recurso que impossibilitou a defesa da vítima. A defesa, representada pelo advogado Ítalo Gustavo Leite, requereu a absolvição do réu, por negativa de autoria, e, alternativamente, por insuficiência de provas.

Na sala secreta, após leitura e explicação dos quesitos, conforme termo de votação que consta na própria ata, os jurados, por maioria de votos, reconheceram a materialidade e a autoria, bem como a incidência da qualificadora, negando a absolvição do réu. Ricardo Nunes deverá cumprir a pena, inicialmente, em regime fechado.

## O CASO

Consta na denúncia do caso que, na data de 1º de outubro de 2019, Ricardo Nunes, em companhia de

Derick Costa, teria ceifado a vida de Matheus Soares, com quatro disparos de arma de fogo. O crime ocorreu na Quadra Poliesportiva da Vila Cafeteira. Segundo o inquérito, no dia do crime, o denunciado Ricardo estava dirigindo um veículo S10 e teria colidido com um carro da CEMAR. Algumas pessoas se aproximaram para ver o acidente, entre as quais a vítima Matheus Lima.

Nesse instante, Ricardo e Matheus discutiram sobre o acidente, tendo o denunciado perguntado à vítima se ela não tinha medo de morrer. Pela tarde, numa invasão próxima à Vila Cafeteira, Ricardo tentou matar Matheus, que conseguiu correr em direção a uma aglomeração de pessoas e escapou. Na parte da noite, quando a vítima estava pró-

xima à quadra de esportes, foi localizada por Derick, enteado de Ricardo. Momentos depois, Ricardo chegou e, segundo testemunhas, teria disparado quatro vezes contra Matheus, fugindo em seguida na garupa de uma motocicleta pilotada por Derick.

Conforme informações da polícia, os dois homens seriam integrantes de uma facção criminosa. Além do juiz, que presidiu a sessão, atuaram no julgamento o promotor Franck Teles de Araújo, na acusação, e Ítalo Gustavo Leite, advogado que atuará na defesa dos réus. O outro homem, Derick Costa, não foi pronunciado a júri. O júri foi no Fórum Tácito Caldas, no Maiobão. A pauta de sessões do Tribunal do Júri na unidade judicial segue nos dias 12 de agosto e 2 de setembro.





## Redução de impacto

Em respeito à política de sustentabilidade do Poder Judiciário, que prevê ações ambientalmente corretas que objetivem a redução do impacto na natureza, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou a doação de mais de 300 bens reaproveitáveis no primeiro semestre de 2021, beneficiando instituições como hospitais, entidades religiosas e culturais, entre outras. No total, o Judiciário maranhense fez a doação de 314 bens para reaproveitamento, entre computadores, impressoras, refrigeradores, aparelhos de ar-condicionado, móveis, entre outros, trabalho operacionalizado pela Divisão de Administração Patrimonial do TJMA.

## Redução de impacto 2

Os bens doados são oriundos da Campanha “Destralhar”, promovida pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça, coordenador pelo desembargador Jorge Rachid Maluf. A campanha é realizada desde 2018 no âmbito do Judiciário maranhense, voltada à informação e à sensibilização dos servidores sobre o uso racional e inteligente dos materiais e bens permanentes, bem como à capacitação para devolução do que não estiver sendo usado pelos setores e descarte de processos antigos para fins de reciclagem.



8.882 processos de  
violência contra a mulher  
foram registrados em  
2020 no Maranhão

**CIDADES 6**

# Maranhão teve 8.882 processos de violência contra a mulher em 2020

Após 15 anos da criação da Lei Maria da Penha, registros de violência ainda são comuns e, muitas vezes naturalizados

**A** Lei Maria da Penha, (nº 11.340), completou 15 anos no dia 7 de agosto. Considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três mais avançadas do mundo, tem como objetivo estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher. Contudo, a realidade no país ainda é outra. De acordo com dados levantados pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), em 2020, 8.882 processos de violência contra a mulher foram registrados no estado; deste total, 4.927 casos referem-se a medidas protetivas; 2.351 são denúncias de violência doméstica; 1.823 ameaças, além de outros em menor quantidade.

Entre os municípios que registram os maiores índices estão São Luís, com 4.908 processos; Imperatriz, com 1.662; São José de Ribamar, 548; Paço do Lumiar, 284; Açailândia, 274; Santa Inês, 207. De acordo com a Polícia Civil do Maranhão (PCMA), nas cidades em que existe a Delegacia da Mulher há a disponibilidade de um atendimento especializado, como o caso de São Luís. Contudo, nos municípios onde há somente a Delegacia de Polícia, há como mediar as situações com os benefícios da Lei Maria da Penha, possibilitando que a vítima tenha medidas protetivas ou até mesmo



Matheus Soares

Casa da Mulher Brasileira abriga órgãos de apoio à vítima de violência doméstica contra a mulher

## SAIBA MAIS

### Agosto Lilás

Nesta segunda-feira (9), foi lançado oficialmente a campanha Agosto Lilás pelo Ministério Público do Maranhão, com o objetivo principal de promover o enfrentamento da violência contra a mulher. Em formato virtual, a programação destacou duas palestras sobre a temática, com transmissão pelo canal da Escola Superior do MPMA no Youtube. O Agosto Lilás tem ações que vão da conscientização à denúncia. Por meio do Ligue 180, que atende todo o território nacional, são registradas e encaminhadas denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. São atendidas todas as pessoas que ligam relatando eventos de violência contra a mulher.



o acompanhamento da Patrulha Maria da Penha, disponível em alguns municípios do Maranhão.

Nos municípios também podem existir articulação em rede, movidas por diversos órgãos públicos, visto que em certas regiões não há órgãos especializados nos cuidados à mulher, mas o CREAS, MP, PM, PC, e secretarias especializadas, podem manter um diálogo horizontal com as mulheres que estão em locais mais distantes. Como exemplo temos a Unidade Móvel de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, demanda que foi adquirida através da Marcha das Margaridas. Na Unidade, há a disponibilidade de dois ônibus lilases que se deslocam em locais de difícil acesso para divulgar os tipos de violências contra a mulher e informar sobre as medidas de proteção.

Em 2021, até junho, a Polícia Civil registrou 2757 casos de violência física, 558 de violência sexual, 7052 casos de violência psicológica e ameaças, e não há registros de quantos casos de violência patrimonial ocorreram no estado. De todas, a que mais se destaca é a violência psicológica, que só foi incluída no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) no último dia 29 de julho, mas ainda sim é a mais comum e a primeira etapa para violências mais graves.

### **Violência psicológica**

Conforme apontado pela PCMA, as violências patrimonial, financeira e psicológica são muito comuns, contudo, dentre as três, a mais denun-

ciada é a psicológica. Isso porque, conforme explica a pesquisadora e estudante de psicologia da UFMA, Larissa Fook, que criou instrumento para mensurar violência psicológica nas mulheres, ela é a base para que outras violências ocorram.

“Os comportamentos de violência indireta seriam aqueles um pouco mais sutis, como monitorar mensagens, delimitar idas e vindas a determinados lugares, pedir para que essa mulher troque de roupa de uma forma mais sutil, como falar ‘ah, essa roupa não tá legal, por que não vai com aquela?’. Já os comportamentos de violência direta, embora também sutis, porque a violência psicológica como um todo é uma violência silenciada, eles seriam humilhações, xingamentos, menosprezos. Normalmente, a violência começa com a indireta e vai se agravando até chegar em casos mais graves, como agressões físicas e até mesmo feminicídios”, explica.

Contudo, mesmo com o alto índice de denúncias, esse tipo de violência ainda é o mais naturalizado na sociedade. Em certos casos, uma parcela das vítimas nem reconhece que aquilo que se passa é uma situação de violência. O primeiro sinal que aparece nas relações abusivas e tóxicas é o abuso psicológico. Esse tipo de violência geralmente é repassado de geração a geração, e acaba se naturalizando no convívio familiar. Em face disso, muitas vítimas não conseguem reconhecer e sair desse ciclo de violência, situação caracterizada pelo acontecimento de uma crise abusiva, onde

logo após, há um momento de maior calma e, por fim, há a volta da violência.

Além disso, quando a mulher tem ciência do que ocorre, existe o peso de fatores como a dependência emocional, econômica, o medo de ser agredida ou morta, o julgamento da população, o medo da so-

---

### **Primeiro sinal das relações tóxicas é o abuso psicológico**

---

---

### **Antes, casos eram caracterizados como ameaças**

---

lidão, fora uma série de situações complexas que se somam para que haja resistência em denunciar.

“Se essa violência ocorre em âmbito familiar, ela não acontece só uma vez, mas sim de forma cíclica, e muitas vezes dura anos. Aquela desqualificação de ‘você é burra’, ‘você não entende’, ‘essa comida tá péssima’, em que ela tá sempre sendo exigida, mas nunca consegue corresponder ao que tá se demandando dela, vai comprometendo a autoestima dela, a sua saúde em âmbito psicológico e somático, porque aí ela tem cefaleia, enjoos, vômito, perde a vontade de viver, etc.”, explica a psicóloga pós doutora em direitos humanos, discente e pesqui-

sadora em gênero, Artenira Silva.

### **Como combater**

Em nota a O Estado, a PCMA informou que antes, quando a violência psicológica não era classificada penalmente, os casos eram caracterizados como ameaças, injúrias e perturbação da tranquilidade. Com a edição desse novo crime há a possibilidade de identificação da situação abusiva, que acaba causando graves danos psicológicos à vítima.

Nesses casos, é necessário que haja um acompanhamento e acolhimento da vítima. A exemplo disso, na Casa da Mulher Brasileira, na Casa da Mulher Maranhense e em diversos órgãos da esfera pública, há a congregação de segurança e atendimento multidisciplinar no mesmo espaço, o que colabora para a recepção da mulher em estado de fragilidade. Além disso, as políticas públicas de auxílio, como a entrada em cursos profissionalizantes, colaboram para que a mulher consiga se inserir no mercado e criar sua própria verba, saindo de casos de dependência.

Há também a Delegacia Online que pode ser acessada de qualquer lugar do MA, registrando ocorrências e emitindo medidas protetivas a qualquer local, e o aplicativo Salve Maria Maranhão, disponível em todos os municípios do Estado, que pode ser acionado pela vítima ou por testemunhas da violência. Após acionado, uma viatura da PM vai de imediato ao local do abuso para assim amparar a mulher.●

**PGE/MA evita  
pagamento de  
mais de  
R\$ 200 milhões  
em processo  
contra o Estado**

**PÁG.3 INFORME JP**

## Informe JP

### **PGE/MA evita pagamento de mais de R\$ 200 milhões em processo contra o Estado**

Atendendo ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa, da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do juiz de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que determinava o pagamento de um processo no valor aproximado de R\$ 204 milhões contra o Estado do Maranhão.

A dívida já foi extinta há mais de 11 anos com o pagamento por meio de acordo entre as partes envolvidas.

Segundo o procurador-geral adjunto da PGE Maranhão, Lucas Souza, o processo judicial original tratava de uma desapropriação indireta ocorrida na área onde hoje se encontra o bairro São Cristóvão.

“É uma demanda antiga que começou a fase de execução, após o trânsito em julgado, ainda em 1996 e que se resolveu plenamente em 2010. O processo foi “ressuscitado” em 2021 por essa decisão judicial recente. É uma demanda que já foi resolvida, mas que poderia trazer um prejuízo enorme ao Estado caso o mesmo fosse condenado. Foi uma vitória barrar essa cobrança indevida”, ressaltou o procurador. Em seu relatório sobre o processo, a desembargadora Nelma Celeste Costa destacou que não havia razões para determinar o prosseguimento do processo, já que há a comprovação do pagamento das parcelas acordadas entre as partes envolvidas.

## Sobe/Desce

### Desce

O plano de saúde Cassi foi condenado por se recusar a autorizar materiais necessários a um procedimento cirúrgico. O autor alegou que é contratante do plano desde o ano de 1997, tendo se submetido a uma 'videoendoscopia' digestiva por meio da qual foi detectada lesão 'subepitelial antral' com erosão apical.

## **PGE/MA evita pagamento de mais de R\$ 200 milhões em processo contra o Estado**

**PÁG.3 INFORME JP**

## Informe JP

### **PGE/MA evita pagamento de mais de R\$ 200 milhões em processo contra o Estado**

Atendendo ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa, da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do juiz de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que determinava o pagamento de um processo no valor aproximado de R\$ 204 milhões contra o Estado do Maranhão.

A dívida já foi extinta há mais de 11 anos com o pagamento por meio de acordo entre as partes envolvidas.

Segundo o procurador-geral adjunto da PGE Maranhão, Lucas Souza, o processo judicial original tratava de uma desapropriação indireta ocorrida na área onde hoje se encontra o bairro São Cristóvão.

“É uma demanda antiga que começou a fase de execução, após o trânsito em julgado, ainda em 1996 e que se resolveu plenamente em 2010. O processo foi “ressuscitado” em 2021 por essa decisão judicial recente. É uma demanda que já foi resolvida, mas que poderia trazer um prejuízo enorme ao Estado caso o mesmo fosse condenado. Foi uma vitória barrar essa cobrança indevida”, ressaltou o procurador. Em seu relatório sobre o processo, a desembargadora Nelma Celeste Costa destacou que não havia razões para determinar o prosseguimento do processo, já que há a comprovação do pagamento das parcelas acordadas entre as partes envolvidas.

---